



A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA NO SUL DA BAHIA: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS.

Maricélia Cardoso Matos¹

marimatos25@hotmail.com

Pensar na formação de professor é, antes de tudo, pensar na realidade vivida pelos professores, suas angústias, seus anseios, conflitos e incertezas. Este trabalho faz parte da construção do meu projeto de doutorado, que tem por objetivo discutir a formação do professor de História, na Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, no período de 2001 a 2011. A iniciativa para realização desta pesquisa surgiu a partir de reflexões sobre o ensino de História, na academia, relacionado a prática pedagógica e à formação de seus professores. A partir da experiência como egressa do Curso de História da UESC e da vivência como professora de História da rede estadual, desde 2004, que surgiu a ideia de analisar as problemáticas, os avanços e permanências que ainda envolvem a formação do professor de História. Esta pesquisa surgiu, também, da necessidade de se investigar a atuação dos professores por meio do processo de formação de que participaram, especialmente, por se observar um distanciamento entre o pensamento produzido ou os debates nas academias com a prática pedagógica na sala de aula.

Para discutir a temática sobre formação de professor e ensino de História, consultamos e consultaremos autores como Abud (2005), Bittencourt (2004), Cabrini e Ciampi (2000), Cerri (1997), Fonseca (1994;2003; 2006), Karnal (2005), Nadai (1992/1993), Schmtidt e Cainelli (2004); Silva e Fonseca (2007); Zamboni (2008), entre outros.

No primeiro momento, para buscar possíveis respostas e identificar o acompanhamento ou envolvimento do professor com as temáticas próprias do ensino de História, propõem-se a investigar suas representações. Observando a

¹ Graduada em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC
Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia – UFBA
Professora de História da Secretaria de Educação do Estado da Bahia



realidade que compartilhamos, elaborou-se como problema de pesquisa a seguinte pergunta: Que percepções o professor de História da rede pública estadual, da cidade de Ilhéus, tem a cerca de sua prática pedagógica? Acreditamos que conhecer essa particularidade deveria ser nosso ponto de partida e nos levaria à compreensão das relações de situações do cotidiano escolar com as discussões teóricas sobre o ensino da disciplina e a formação do professor. O professor será o sujeito de nossa pesquisa e a sua representação da realidade será nosso dado para análise. A proposta não visa a história de vida, mas sim as abstrações a partir da prática pedagógica e dos saberes que o professor desenvolve ou com os quais se relaciona.

A proposta é trabalhar com dois grupos de professores que se formaram em Licenciatura Plena em História na UESC em dois momentos distintos – entre 2001 a 2005 e entre 2009 e 2011. Isso se deve ao fato que houve uma reformulação curricular do curso em 2006. As origens do curso de História da UESC remontam ao final dos anos sessenta na cidade de Ilhéus. Naquele período, mais precisamente no ano de 1967, foi fundada pelo Prof. José Raimundo Ramagem Badaró, em conjunto com outros professores, a Faculdade de Sociologia e Política de Ilhéus. A Licenciatura Curta em Estudos Sociais foi instalada em março de 1968 na Faculdade de Filosofia de Itabuna – FAFI.

Em 1987 o Parecer nº 484/87 de 21/06/87 do Conselho Federal de Educação e a Portaria MEC 556/87 de 19/11/87 autorizaram a plenificação do Curso de Estudos Sociais, criando a Licenciatura Plena, embora tenham sido mantidas as disciplinas da extinta Licenciatura Curta como base para o desenvolvimento do novo curso. Criou-se, assim, um curso híbrido de difícil execução, visto que a plenificação não extinguiu as antigas disciplinas da Licenciatura Curta nem criou novos cursos específicos de História e Geografia. O único avanço ocorreu na adoção de duas habilitações específicas, em História e em Geografia, embutidas no Curso de Estudos Sociais, cursadas após o cumprimento do tronco comum que amarravam as duas habilitações até o 6º semestre.

Dada a situação paliativa das habilitações específicas em História e Geografia, o processo de extinção dos Estudos Sociais foi contornado por algum tempo. Mesmo em 1991, quando ocorreu a estadualização da antiga FESPI e foi criada a UESC pela Lei Estadual nº 6.344/61 de 05/12/91, o Curso não foi



modificado. Finalmente, em 1997, o curso de História foi desmembrado de Estudos Sociais e reconhecido pela Portaria do MEC nº 706. Nesse mesmo ano foi elaborada uma grade curricular com objetivo específico de formação do professor de História. Como iniciei o curso em 1997, presenciei a mudança do currículo. A maior parte do currículo estava preocupada com o conteúdo propriamente dito da disciplina História. Nos 6º, 7º e 8º semestres faziam-se as três metodologias e prática do ensino de História, havendo, também, seis disciplinas do Departamento de Educação, sendo elas: Psicologia da Educação – Aprendizagem (1º Sem.), Psicologia da Educação - Adolescência e Introdução à Educação (2º Sem.), Estrutura e Funcionamento do Ensino (5º sem.); Avaliação da Aprendizagem e Didática (6º sem.). Foi introduzida a disciplina TIEP – Técnica de Investigação e Elaboração de Projetos no 3º semestre, a qual tinha por finalidade a construção de um projeto de pesquisa que, mediante as disciplinas Pesquisa Orientada I e II, cursadas nos 7º e 8º semestres, se transformaria na monografia do final do curso.

Os últimos semestres eram muitos desgastantes. A obrigatoriedade da monografia acabava deixando os alunos mais preocupados com a conclusão da pesquisa monográfica do que com as disciplinas de Metodologia e Prática, comprometendo, assim, o Estágio. Percebe-se que todas essas mudanças e exigências priorizaram mais a pesquisa em detrimento do ensino, mesmo sendo um curso de licenciatura. Essa concepção, segundo Fonseca (2003), é baseada no modelo de racionalidade técnica e científica ou aplicacionista que mantém a discrepância entre teoria e prática e desconsidera a diversidade e a complexidade em que se processa o ensino e a aprendizagem. Nesse modelo popularizado de “3+1”, compartimenta-se o conhecimento histórico nos três primeiros anos e as disciplinas pedagógicas no último ano do curso. Para a autora, esse modelo é um dos fatores que desqualifica a formação de professores, a diversidade dos saberes e generaliza o preconceito de que “para ser professor de história basta dominar os conteúdos” (Fonseca, 2003, p.63).

Pelo exposto, fica claro que o currículo implantado em 1997, no curso de Licenciatura em História da UESC, consolidava a divisão que contrapõe ou rivaliza o professor X pesquisador, os conhecimentos específicos da disciplina X conhecimentos pedagógicos, preparação para pesquisa X preparação para o ensino. Para Fonseca (2003), esse panorama é consequência da implantação dos cursos de



Estudos Sociais que, por influência norte-americana, durante os Governos Militares no Brasil, minimizou a formação específica de História e Geografia.

As primeiras entrevistas com alguns egressos do curso de história da UESC, que se formaram entre os anos 2001 e 2002, e que atuam como professores na rede estadual de ensino, em Ilhéus, no permitiram perceber, entre maioria dos entrevistados, a insatisfação com a formação acadêmica que tiveram, podendo ser elencados problemas de ordem curricular, falta de interesse dos professores do curso com a licenciatura, dicotomia entre teoria e prática, falta de compromisso da maioria dos docentes com as disciplinas de Estágio, entre outros. Como a pesquisa está no início, ainda não discutimos à compreensão que esses professores tem de sua prática pedagógica e os aspectos que consideram problemáticos.

No segundo momento da pesquisa, pretende-se analisar as permanências e avanços do novo currículo do Curso de Licenciatura em História da UESC, implantado em 2006. De acordo o Projeto Acadêmico Curricular do Curso, No primeiro semestre de 2005, o Colegiado de História instituiu sua Comissão pró-PAC. Esta comissão, além de ampliar as discussões em torno da Legislação, discutiu, elaborou e aplicou um questionário de Diagnóstico junto aos alunos do Curso de História. Segundo a Comissão, neste instrumento de diálogo, verificou-se muitos dos desencantos dos alunos do Curso. Na medida em que seu tempo de vivência/permanência no Curso se ampliava, as críticas eram maiores. Estas críticas concentravam-se numa percepção de que o Currículo de História apresenta-se defasado e pouco flexível. Os alunos apontaram uma falta de sintonia entre o “que se aprende em sala de aula” e o que “se ensina lá fora”, assim como problemas no âmbito do relacionamento professor-alunos. Por fim, organizou-se o I Seminário de Avaliação Curricular do Curso de História da UESC, no mês de dezembro de 2005. Tal atividade, contou com a presença de docentes da UNEB e UESB, bem como de um discente da UEFS. Também são merecedoras de destaque as atividades desenvolvidas com os egressos, assim como os Grupos de Trabalho que atuaram de forma integral durante o Evento. (p. 13).

Analisando o texto do novo currículo, percebe-se uma maior preocupação com a formação do professor/pesquisador. O texto pontua como principais objetivos

do novo currículo: a) Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: este princípio deve nortear a formação do profissional em História, e isto deve estar presente na formulação dos componentes curriculares e os eixos articuladores da formação geral e específica do licenciado em História da UESC; b) Sólida formação cultural e humanística: devem-se manter as exigências para a formação do profissional em História, que proporcionem uma autonomia intelectual e ao mesmo tempo a construção de paradigmas históricos próprios, além de possibilitar ao graduando a intervenção nas sociedades, à luz das preocupações sociais de nosso tempo; c) Atuação local: o curso de História deve propiciar a atuação do profissional em sua região de origem, e a influência e transformação das realidades locais, cidades e lugarejos próximos da sede do curso; d) As práticas como parte dos componentes curriculares: nesta questão há uma clara sinalização de que as 400 horas destinadas às práticas, como componente curricular, devam ser incorporadas aos conteúdos das disciplinas, superando o embate entre posições e campos de atuação históricos, em que alguns defendem a distinção entre saber histórico escolar e saber histórico propriamente dito. (p 33). Assim, o texto justifica a proposta do novo currículo expondo que “a prática deve permear todo o processo de formação do professor e ser vivenciada ao longo do curso, e deverá ocorrer em espaço curricular específico. A prática como componente curricular, dessa forma, torna concreta a possibilidade de diálogo entre a docência, a pesquisa e a vivência do estudante e futuro professor de História nas dimensões teórico-práticas, dos conhecimentos históricos propriamente ditos e de dimensão pedagógica. O espaço privilegiado desta Prática serão os Laboratórios de Formação Docente e de Pesquisa Histórica” p (35).

Analisando os dois currículos, percebemos que o de 1997 tem muitas disciplinas teóricas e pouca ênfase em disciplinas pedagógicas, totalizando uma carga horária de 3.030 horas. Já o currículo de 2006, enxugou a carga horária que foi para 2.825 horas e enfatizou mais as disciplinas de formação docente passando estas a serem ministradas desde o início do curso.

A intenção desta pesquisa é confrontar, analisar e investigar as falas e práticas pedagógicas dos professores egressos dos dois currículos, que atuam na rede estadual da cidade de Ilhéus, para assim poder diagnosticar as problemáticas, os avanços e permanências referente a formação do professor de História. Dentro



deste objetivo formulamos as seguintes questões a serem respondidas: Como tem se processado a formação dos professores de História? Que dificuldades podem ser detectadas nessa formação? Como se sente esse professor em relação ao seu próprio processo de formação e quais as necessidades, expectativas, e desafios em relação à docência da disciplina?

Dessa forma, esta pesquisa pretende contribuir com informações relevantes para estudos na área sobre formação de professores. Acreditamos que a escola pública oferece elementos para compreensão e análise do sistema educacional que vão além de relatos de experiências e precisa estar em interação com a Universidade, ainda mais quando tratamos de questões relativas à formação de professor e o fazer pedagógico. Tenho por objetivo observar, relatar, desvendar, como os professores de História formados pela UESC, através de suas experiências de vida profissional, construíram sua prática pedagógica no processo de passagem da academia para a sala de aula.

BIBLIOGRAFIA:

ABUD, Kátia Maria – Currículos de História e Políticas Públicas. In: O Saber Histórico na sala de aula, 2005.

BITTENCOURT. C.M.F. Capitalismo e Cidadania nas atuais propostas curriculares de História. In: O Saber Histórico na sala de aula, 2005.

CABRINI, C. Ensino de História – Revisão Urgente. 2000

CERRI, L. F. As concepções de História e os cursos de licenciatura – Revista de História Regional, 1997.

CIAMPI, H. Epistemologia e metodologia: diálogos interdisciplinares na pesquisa do ensino de história. Dez anos de pesquisas em ensino de história. 2005

FONSECA, S. G. Caminhos da História ensinada, 1994

___ **Didática e Prática do ensino de História, 2003**

___ **Ser Professor no Brasil, 2006**

KARNAL, L. História na sala de aula, 2005

NADAI, E. Ensino de História no Brasil. Revista Brasileira de História, 1993



SCHIMDT, M. A.; CAINELLI, M. Ensinar História, 2004.

SILVA, M.; FONSECA, S. G. Ensinar História no Século XXI, 2007.

ZAMBONI, E.; FONSECA, S.G. Espaços de formação do professor de história, 2008.